



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0311591-9 – 1ª Vara do Júri da Capital

Impetrante(s): Victor de Souza
Paciente: Frederico Veras Ludugério
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator: Juiz Laiete Jatobá Neto
Convocado:
Procurador (a): Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. CONSTRANGIMENTO NÃO CARACTERIZADO. DENEGACÃO DA ORDEM. 1. Tendo a autoridade apontada como coatora fundamentado a necessidade da manutenção da prisão preventiva do paciente, bem observando o disposto nos artigos 311 e 312 do CPP, não há ilegalidade a ser sanada, diante da presença de motivos autorizadores da segregação cautelar. 2. Não é legítimo condicionar a apresentação do paciente em Juízo à revogação do decreto de prisão preventivo amparado por decisão devidamente fundamentada. 3. A fuga do paciente do distrito da culpa é motivação suficiente para embasar a manutenção da custódia cautelar. 4. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0311591-9, da Comarca da Capital, impetrado pelo Bel. Victor de Souza em favor de Frederico Veras Ludugério. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 17/09/2013, em denegar a ordem, tudo de acordo com o relatório, a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife,

17 de setembro de 2013.

Juiz Laiete Jatobá Neto
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0311591-9 – 1ª Vara do Júri da Capital

Impetrante(s): Victor de Souza
Paciente: Frederico Veras Ludugério
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator: Juiz Laiete Jatobá Neto
Convocado:
Procurador (a): Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

O Bel. Victor de Souza, por meio da peça de fls. 02/05, impetrou o presente *habeas corpus*, com pedido de liminar, em favor de Frederico Veras Ludugério, acusado da prática do crime previsto no art. 121, §2º, I, do Código Penal. Indica como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara do Júri da Capital.

Argumenta o impetrante que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal em razão da lavratura de decreto de prisão preventiva em seu desfavor. Alega que o paciente foi surpreendido pela existência do referido decreto prisional, tendo requerido a sua revogação, o que foi negado pelo Juízo. Aduz que não há razão para que seja mantida a ordem de prisão, ressaltando, inclusive, que o paciente deseja se apresentar em Juízo para responder ao processo.

Pede, alfim, a concessão da ordem, com a revogação da prisão do paciente.

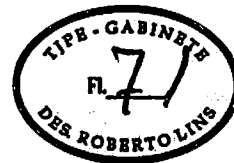
Indeferida a liminar (fl. 25), a Juíza de Direito da 1ª Vara do Júri da Capital prestou as informações de fls. 29/31, esclarecendo que o paciente foi acusado da prática do crime do art. 121, §2º, I, do CP, juntamente com outros dois réus, que, inclusive, já foram julgados e condenados. Relatou que o paciente nunca esteve preso, apesar de ter sido decretada a sua prisão em setembro de 2008, como forma de garantir a ordem pública, o regular andamento do processo e a aplicação da lei penal. Informou que o processo ficou suspenso em relação ao paciente, em razão do seu não comparecimento em Juízo e que houve um pedido de revogação da prisão preventiva, que foi negado pelo Juízo.

A Procuradoria de Justiça, no parecer de fls. 63/65, opinou pela denegação da ordem, ressaltando a existência de justa causa para a manutenção do decreto prisional expedido em desfavor do paciente.

É o relatório.


VOTO

Senhores Desembargadores,
Senhor Procurador de Justiça.



Habeas Corpus n.º 0311591-9 – 1ª Vara do Júri da Capital

O *Habeas Corpus*, como se sabe, é o remédio processual cabível sempre que ocorrer constrangimento ilegal ao direito de locomoção de um indivíduo. As hipóteses para tal estão preceituadas no art. 648 do nosso Diploma Adjetivo Penal. Dentre essas hipóteses, o inciso I trata da ausência de justa causa para a manutenção da prisão, estabelecendo que a coação ilegal é caracterizada “quando não houver justa causa”, sendo esta a alegativa, em rigor, que serve como supedâneo do presente *mandamus*.

Aduz o impetrante que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal em razão da lavratura de decreto de prisão preventiva em seu desfavor. Alega que o paciente foi surpreendido pela existência do referido decreto prisional, tendo requerido a sua revogação, o que foi negado pelo Juízo. Argumenta que não há razão para que seja mantida a ordem de prisão, ressaltando, inclusive, que o paciente deseja se apresentar em Juízo para responder ao processo.

A autoridade apontada como coatora informou que o paciente foi acusado da prática do crime do art. 121, §2º, I, do CP, juntamente com outros dois réus, que, inclusive, já foram julgados e condenados. Relatou que o paciente nunca esteve preso, apesar de ter sido decretada a sua prisão em setembro de 2008, como forma de garantir a ordem pública, o regular andamento do processo e a aplicação da lei penal. Informou que o processo ficou suspenso em relação ao paciente, em razão do seu não comparecimento em Juízo e que houve um pedido de revogação da prisão preventiva, que foi negado pelo Juízo.

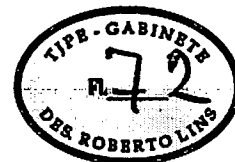
Da análise do decreto preventivo de fl. 39, bem como da decisão que manteve a prisão, à fl. 56, percebe-se que a constrição cautelar foi decretada de acordo com o previsto nos arts. 311 e 312 do CPP, tendo a Magistrada levado em consideração informações do envolvimento do paciente na prática de crimes e o fato de o mesmo ter permanecido em local incerto e não sabido, prejudicando o regular andamento do processo e pondo em risco a aplicação da lei penal.

Repito que a Magistrada *a qua* destacou que o paciente jamais compareceu em Juízo, tendo o feito sido suspenso em relação a ela. Entendo que não é legítimo condicionar a apresentação do paciente em Juízo à revogação do decreto de prisão preventivo amparado por decisão devidamente fundamentada.

Ressalto que, na decisão de fl. 56, a Juíza de primeiro grau destacou que subsistem os motivos ensejadores do decreto de prisão preventiva.

Destaco os seguintes julgados:

“HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. COMPETÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. MODIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DESTA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM CONSONÂNCIA COM A SUPREMA CORTE. PROCESSUAL PENAL.



Habeas Corpus n.º 0311591-9 – 1ª Vara do Júri da Capital

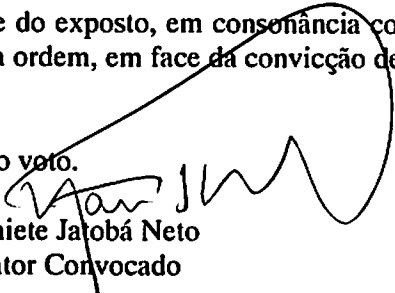
HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO RÉU DO DISTRITO DA CULPA. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA. (...); 3. A custódia cautelar encontra-se devidamente fundamentada para a garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, devendo ser destacado que o Paciente, que tem advogado constituído na ação penal, encontra-se foragido desde a ocorrência dos fatos, não tendo se apresentado nem perante a autoridade policial nem perante o Juízo singular. Precedentes desta Corte. 4. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. 5. Ordem de habeas corpus não conhecida.” (STJ – HC nº 253153/SP).

“HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS PARA A CUSTÓDIA ANTECIPADA. PREENCHIMENTO. MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. CIRCUNSTÂNCIAS QUE EVIDENCIAM A EXISTÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REITERAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. (...); 5. A fuga do paciente do distrito da culpa, após a prisão dos demais denunciados, é motivação suficiente a embasar a manutenção da custódia cautelar, ordenada para assegurar a aplicação da lei penal e para a conveniência da instrução criminal. (...).” (STJ – HC nº 224439/MS).

Entendo, portanto, que encontra-se devidamente justificada a manutenção da prisão do paciente, não havendo que se falar em constrangimento ilegal por ausência de justa causa para a prisão.

Diante do exposto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria, voto pela denegação da ordem, em face da convicção de que o paciente não está sofrendo coação extralegal.

É como voto.


Juiz Laiete Jacobá Neto
Relator Convocado